Ata da décima terceira reunião do Comitê Gestor Intersetorial para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância realizada aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, no Centro de Capacitação Darcy Ribeiro, situado à Rua São Paulo 40. **Participantes:** Suzete Faustina dos Santos, Tais Pereira Aguiar e Maria do Carmo Sofia de Paula - DEPACID/ SEMULHER, Anna Luiza Chicolet Serra – COJUV/SEMULHER, Kátia Aparecida Guimarães Ramires – SEDUC, Carolina Ozawa – SMS, Cristina de Almeida Vida Madeira Costa – SECULT, Cláudio Zanin Eduardo – SEMES, Sérgio Fernando dos S. Castanha – SESEG, Vera Lucia Negrinho – SESERP, Kátia Ayres dos Anjos – CMAS, Talita Lima de Oliveira - CMDCA, Fabiana Riveiro de Morais – CME. **Justificativas**: Gustavo Ignácio Prado – COJUV/SEMULHER, Lenina Bento da Silva – CMSS, Octávio Felinto Neto – SEGOV, Samanta Lima Venâncio e Marceli Martins de Freitas – SEDS, Glaucia Santos dos Reis – SEMAM. A reunião foi iniciada com a explanação do questionamento feito pela assessoria jurídica do Gabinete do Prefeito Municipal, GPM, sobre a retirada da Defensoria Pública da composição do comitê e a inclusão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, doravante SEMAM. A Assessoria questiona em relação à Defensoria Pública, se a saída foi consensual, se houve alguma comunicação por parte do Comitê informando aos mesmos sobre a exclusão e quanto a Semam, qual o papel desta secretaria com a sua inclusão no Comitê. Explicou-se que não há nenhum documento comprobatório que justifique a exclusão da Defensoria Pública, sendo que a justificativa dada é que o poder público municipal, não tem autoridade para convocar o órgão por ser de esfera estadual. Foi explicado que quando do início dos estudos, a Defensória Pública, era convidada a participar, no que fez prontamente em todas as reuniões, através do então Defensor Público Dr. Thiago, com contribuições que muito elevaram os níveis das discussões e confecção do documento, e que na convocação, colocaríamos um convite ao órgão como era feito anteriormente. Em uma fala a parte, a Senhora Suzete Faustina, colocou que era favorável a permanência da Defensoria Pública, bem como a representatividade de outros órgãos e também a presença de crianças, com a devida sapiência da sua participação e contribuição para o Comitê. A Senhora Carolina Ozawa, sugeriu vistas ao processo mãe, para saber o teor do regimento e outras situações, por exemplo, da exclusão de pessoas pela não participação sequenciada e/ou injustificada. Foi explicado que o Comitê não possui regimento oficial, mas que na composição original consta a Defensoria Pública e nos demais documentos apensados ao longo dos anos, não há nenhum que informe a saída da defensoria e nem motivo para a exclusão sem comunicado. A Senhora Maria do Carmo, deu como explicação que a Senhora Alessandra Franco, coordenadora anterior, em reunião interna deu como entendimento que por este órgão não poder ser convocado oficialmente, então que não haveria necessidade de mantê-lo na composição, porém, não soube informar se esta decisão foi passada aos demais membros do comitê ou se tinha algum documento comunicando ao órgão em tela e aos membros do comitê a decisão tomada. Enfatizou que há publicação de uma portaria de atualização sem a inclusão da defensoria, mas que não havia nenhum documento que justificasse a exclusão. Explicou que com a retomada em dois mil e vinte e dois das análises e monitoramentos, a SEMAM não constava na composição, porém, para o ano corrente, decidiu-se pela inclusão, mas que é preciso ter uma justificativa plausível para esta inclusão. Explicou que havia outros questionamentos, do tipo: no decreto original, aparece apenas primeira infância no nome do comitê e posteriormente, inclui-se primeiríssima infância, sem nenhuma justificativa para o fato; o porquê a alteração de vinculação de secretaria, de SEGOV para SEMULHER. Colocado em votação não houve óbice em manter a permanência da Defensoria Pública, com encaminhamento de oficio, via Secretária da Mulher, solicitando o

(s) nome (s) do (s) representante (s) para recompor a participação. Quanto a SEMAM, a Senhora Glaucia, representante que vem acompanhando as reuniões do Comitê por este órgão, explicou que hoje a Secretaria, até por conta dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, tem uma interface muito grande com as Escolas de Educação Infantil, dando exemplo de projetos realizados em pareceria pelas duas secretarias e também dos trabalhos realizados junto às comunidades com a presença deste público. E foi enfática em dizer que se nós não educarmos desde o início, conscientizando as nossas crianças, não adianta achar que lá na frente conseguiremos repor toda a deficiência anterior acumulada e que devemos trabalhar desde cedo à prevenção. Também enfatizou que no Plano Nacional, consta no item sete, Criança, Espaço e Meio Ambiente que isso, por si só, já credenciava a presença da SEMAM no referido comitê. Posto isso ficou definido que seria enviado um documento a SEMAM, solicitando a ratificação dos representantes e a justificativa junto ao GPM, para posterior publicação do decreto atualizado e adequado. Na sequência foi discutida a possível criação da Semana Municipal da Primeira Infância, tendo o dia 25 de agosto como ápice, sendo englobado na semana de intensa visibilidade para a Primeira Infância, assim como se faz na Semana do Brincar. A Senhora Kátia Ramires, enfatizou que a lei fala de mês e não de semana, dando como sugestão que se fizesse o mês inteiro como preconiza a lei, e que secretarias afins, assumissem cada uma, uma semana do mês. Esta sugestão espelhou-se na Lei sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 10 de julho de dois mil e vinte e três, Lei 14.617/23, que institui agosto como o Mês da Primeira Infância, durante o qual deve ocorrer a promoção de ações de conscientização sobre a importância da atenção integral às gestantes e às crianças de até 6 anos de idade e às suas famílias e que secretarias afins, assumissem cada uma, uma semana do mês. A sugestão trouxe preocupação, pela demanda diária existente em cada secretaria e o receio de não conseguirem cumprir o estabelecido. A Senhora Kátia Ramires, também falou do Convite que foi feito ao Comitê para participar da Frente Parlamentar pela Primeira Infância, com apenas um dia antes do evento. Enfatizando a oportunidade que foi dada a ela e a Senhora Glaucia de participarem do evento, pela organização e valor grandioso do assunto, mas como pode um evento de inestimável interesse só ser repassado com um dia de antecedência. A Senhora Suzete Faustina e o Senhor Igor Perrone, alertaram para o grande apelo político e unilateral que poderia estar intrínseco ao evento. A senhora Kátia Ramirez falou também sobre a organização do Fórum da Maternidade Infantil, onde diversos segmentos do poder público não foram chamados para compor a ação. Explicou-se que o mesmo partiu de uma propositura de uma organização civil e independente. Em seguida, falou da possível eleição de Santos para 2024, sediando, através da OMEP, o evento de Boas Práticas, acolhendo os Municípios da Baixada Santista, que este ano ocorreria na Praia Grande. E a ideia de trazer o Comitê como parceiro para esta ação metropolitana de boas práticas, assim como o CMDCA, embora, deixando bem claro que o cunho é puramente educacional, no sentido estrito da palavra. Propôs também a participação dos organizadores do Fórum da Primeira Infância, devido aos assuntos que são inerentes a Primeira Infância e que também revelam a fragilidade de alguns dos serviços oferecidos pelo município em si a este segmento. Voltando a pauta da reunião a Senhora Maria do Carmo, explicou que pela mudança de sala, o item que versava sobre a apresentação das ratificações e ou retificações, feitas ao plano ficou prejudicada. Quanto ao seminário a ocorrer em novembro, o Senhor Igor Perrone informou que não houve grandes questionamentos que desabonasse o financiamento do mesmo pelo CMDCA. As questões foram de ordem acerca do saber dos palestrantes indicados sobre a realidade nacional de assuntos sobre a primeira infância e que até onde lhe é sabido estava tudo encaminhado para aprovação do financiamento do mesmo, via

CMDCA, solicitando-se apenas a documentação inerente para abertura de processos de contratação dos palestrantes indicados. Foi trazida a questão de o seminário ocorrer na UNISANTOS e o valor cobrado, enfatizando que temos várias universidades parceiras que sempre que solicitadas a empréstimo de espaços nos atendem prontamente sem custos e que se houvesse alguma cobrança para locação de espaço, que fosse discutido para atendimento aos parceiros de sempre. Que não se feche as portas com a UNISANTOS, mas que se fizesse um levantamento de outros espaços/universidades sem custos. O Senhor Gustavo Prado, ficou de ver junto a UNIMES a possibilidade de cessão de espaço. Na sequência foram discutidos a produção de identidade visual, confecção de camisetas, *bottons* e afins e o material a ser distribuído aos participantes, tomando como referência o da conferência do CMDCA. O Senhor Gustavo Prado, apresentou uma dúvida em relação ao número de participantes, que de início seriam duzentos e cinquenta e nesta reunião colocou-se como duzentos, querendo saber qual seria o número e distribuição. O Senhor Igor Perrone, colocou que seriam duzentas vagas com a seguinte participação: funcionários da rede, das unidades subvencionadas e havendo sobras, seriam voltadas para os estudantes universitários. Voltando ao monitoramento do plano, Senhora Maria do Carmo, explicou a correlação entre as planilhas, inicial x atual, e a sua formatação para publicação. Falou sobre a devolução das planilhas da SEMES e SECULT para adequação e prazos para retorno. A Senhora Cristina Vida, fez referências a algumas metas referentes à SECULT, em especial as que versam sobre construção de espaços, enfatizando que os espaços já existem, que já fazem ação conforme disposto no plano e as necessidades são de algumas adequações das atividades para que fiquem mais visíveis ao mesmo. A senhora Cristina Vida solicitou mais um tempo para entrega da planilha de sua secretaria devidamente adequada. A Senhora Maria do Carmo informou que as demais secretarias as adequações eram mínimas e que faria contato via WhatsApp. O Senhor Cláudio falou sobre a retirada de algumas metas inerentes a sua secretaria, SEMES. A Senhora Maria do Carmo explicou que nesse momento estávamos fazendo o monitoramento do plano publicado elaborado em 2016/1017 e que não cabiam alterações ou supressões, neste momento e que isso seria possível quando iniciássemos as revisões de acordo com publicações recentes sobre o Plano Nacional. Dada a palavra a todas as pessoas participantes, para que fizessem suas considerações e sem mais nada a tratar, dezesseis horas e trinta minutos foi encerrada a reunião. A ata após análise dos presentes será lavrada para que surta os efeitos necessários. Santos, 31 de julho de 2023.

Suzete Faustina dos Santos